

Navegando a efervescência política e intelectual pós-eleitoral em Moçambique: A experiência de uma antropóloga feminista

Sumário:

Este artigo oferece o olhar de uma antropóloga feminista sobre a onda de contestação popular e de efervescência política e intelectual em Moçambique desencadeada pelas eleições presidenciais e legislativas de 09 de Outubro de 2024.

Vinhetas etnográficas

No dia 09 de Outubro de 2024, logo após ter votado, tive uma conversa por WhatsApp com a Ominira,¹ uma grande amiga e uma das pessoas mais politicamente conscientes e activas que conheço, tendo estado envolvida em diversas acções de defesa dos direitos humanos ao longo dos seus 47 anos de vida. Quando lhe disse que voltava da votação, ela respondeu que pela primeira vez estava cansada de votar para ter o direito de reclamar e da reclamação em si; por isso, tinha decidido abster-se. A desesperança levou consigo até a vontade de reclamar. Por isso, votar já não fazia sentido. A sua mensagem terminou com a seguinte frase: “quando for para ir à revolução eu vou inscrever-me!” Em resposta, confessei que estava como ela, mas que tinha sido arrastada por pessoas que ainda julgavam importante votar.

Não demorou muito para ela sair do estado de desesperança em que se encontrava. Foi logo na primeira onda de protestos, após a resposta violenta da polícia quando algumas pessoas saíram à rua, no dia 21 de Outubro, para repudiar o assassinato de Elvino Dias, Paulo Guambe e o baleamento da mulher que os acompanhava e demandar verdade eleitoral. Nesse dia, o

Kátia Taela

Pesquisadora e Consultora
Independente
Maputo Moçambique

foco das nossas conversas mudou e passou a concentrar-se na situação pós-eleitoral. No dia 23 de Outubro, enquanto comentávamos sobre a crescente contestação popular, a minha amiga disse-me que ponderava ir à rua e juntar-se ao que ela chamou de “barulho” e “despertar” da juventude, que estava a lutar pelos seus direitos. “A juventude deu conta de que ninguém os irá salvar a não ser ela própria (...) é agora ou nunca, a temperatura está boa para a mudança”, afirmou ela.

Uns dias depois, mostrou interesse em juntar-se as manifestações. No dia 5 de Novembro participou na greve do pessoal de saúde. Depois disso participou de outras manifestações. Quando conversámos sobre a sua participação nas manifestações disse-me várias vezes não ia à rua para demandar verdade eleitoral. Ia pelas questões sócio económicas e de direitos humanos elencadas por Venâncio Mondlane e também tinham mobilizado outras pessoas. Não era acerca de Venâncio Mondlane, até porque se sentia desconfortável com as referências a Deus nas lives de Venâncio Mon-

dlane num contexto em que o Estado é laico. Ela assustou-se quando, na live do dia 6 de Novembro, Venâncio Mondlane deu os parabéns a Donald Trump, um político de direita, pela sua reeleição.

No dia 7 de Novembro, quando um grupo de manifestantes se refugiou no rés-do-chão do meu prédio fugindo da polícia que lançava gás lacrimogénico, conheci a Fábia,² uma mulher de 42 anos de idade. Ela fazia parte de um grupo de pessoas, oriundas de diferentes partes da Cidade e Província de Maputo, que tinham vindo ao centro da cidade determinados a chegar a Ponta Vermelha. Assisti, da minha varanda, quando esse grupo de manifestantes passou pela minha rua. Fiquei atónita ao ver Fábia, vestida de calças pretas e camisa cor de vinho (como se estivesse a ir ou sair do trabalho) ali no meio do(as) manifestantes. Inicialmente, pensei que era mera coincidência ela estar a passar na rua ao mesmo tempo que o(as) manifestantes, sobretudo homens jovens, e também algumas mulheres. Quando observei atentamente, percebi que ela estava com eles e que estava à frente daquele grupo, como que a liderá-lo(as).

Assisti quando a polícia primeiro lançou gás lacrimogénico para o meio da rua e, depois, na direcção

do meu prédio quando o(as) manifestantes se esconderam na entrada do mesmo. Nesse momento, desci com garrafas de água e comida para oferecer aos manifestantes, entre os quais estava Fábia. Fábia e uma sobrinha vinham da zona da Mozal, a cerca de 23km do centro da cidade de Maputo. Tinham feito o caminho até à portagem de Maputo de Yango,³ de lá tinham caminhado cerca de 9 km a pé até ao centro da cidade. Para Fábia, o motorista “não era suficientemente corajoso” para vir até ao centro da cidade naquele dia. Elas tinham saído de casa sozinhas, às 7hrs da manhã. Ela disse-me: “o Venâncio precisa do povo”. Elas não conheciam nenhuma das pessoas que, como elas, tentavam chegar à Ponta Vermelha naquele dia.

Quando a polícia se retirou e o efeito do gás se desvaneceu, Fábia, a sobrinha e outros/as manifestantes saíram do prédio, agradeceram o apoio e despediram-se. Perguntei para onde iam a seguir. Ela respondeu-me:

Nós vamos voltar para a Eduardo Mondlane [de onde vinham]. Porque a ideia era de nós irmos para a Joaquim Chissano, mas eles [a polícia] não estão a deixar passar. Porque queremos também chegar daquele lado da...como é que é? Eu não conheço bem... próximo à Casa Branca [referia-se à Ponta Vermelha] ... a presidência ... também não estão a deixar passar. Eles estão a atirar mesmo ... mas nós somos corajosas!

Dei-lhes o meu número de telefone para que me ligassem se precisassem, e pedi que me avisassem quando chegassem à casa. Uns dias depois, Fábia explicou-me porque tinha ido à rua.

“Nunca entrei na política nem nunca votei. O meu tio perguntou-me: em quem vais votar?

Eu respondi: No dia que melhorarem a saúde, a educação e a nossa segurança hei-de votar. Pela primeira vez na minha vida, eu me arrependi de não ter votado. Venâncio é inteligente, é incrível! – questioneime sobre esse jovem, acho que não teve adolescência, só ficava com os livros. Ele foi muito bem preparado. Ele está pronto para ser um Presidente da República, carismático (tem presença, sabe falar e estar), temente a Deus. Está a ver o Nyusi? Se ele é burro, o que vai ser de nós? Fazer-nos acreditar que nós somos pobres, enquanto não somos. (...) Só posso compensar dessa maneira [manifestando].”

Quando me convidaram a escrever este artigo, foi-me sugerido que reflectisse sobre como se sente uma intelectual perante a situação pós-eleitoral em Moçambique e em que medida a antropologia ajuda a entender o que se passa.

Como antropóloga feminista e activista tenho-me envolvido e teorizado sobre protestos.⁴ As duas vinhetas acima foram produzidas com base em várias interações face-a-face e digitais que tive com Ominira e Fábia, com momentos de observação participante e diferentes níveis de engajamento emocional da minha parte.

As vinhetas oferecem apenas um olhar (etnográfico), através de histórias pessoais que podem ser vistas como peças de um puzzle – a contestação popular pós-eleitoral – e fazem parte de uma realidade complexa e multifacetada. Elas ilustram uma dimensão importante da contestação popular pós-eleitoral, i.e., a experiência vivida (neste caso, por duas mulheres, de meia-idade, não-votantes) e os significados subjectivos que elas atribuem à sua acção. Neste texto, estas vinhetas etnográficas visam ilustrar

o que informa o meu olhar e posicionamento como intelectual. Estas histórias foram escolhidas, entre muitas outras sobre a contestação popular, apenas por conveniência; podiam ter sido sobre o envolvimento de votantes nos protestos de rua ou sobre grupos que se mobilizaram em oposição aos protestos.

Neste artigo, respondo ao desafio que me foi colocado considerando três elementos:

- (i) a minha identidade como antropóloga feminista activista – tal é relevante para compreender como me sinto e porquê julgo que a sensibilidade etnográfica⁵ pode ajudar a compreender melhor o momento actual;
- (ii) a minha participação num grupo de reflexão,⁶ constituído por intelectuais e académicos que lançou um apelo – conhecido como o Manifesto Cidadão – para repensar Moçambique através de uma conferência nacional e;
- (iii) a onda de ataques aos intelectuais e académicos devido ao seu posicionamento (ou falta dele), em relação à actual situação política. Aqui discuto sobre responsabilidade e liberdade intelectual e académica, hierarquias de conhecimento e disputas de legitimidade que têm marcado os debates sobre a crise pós-eleitoral, socorrendo-me das contribuições analíticas e metodológicas do campo da antropologia feminista, sobre objetividade/subjetividade, posicionalidade, emoções e reflexividade.

Tomei, como ponto de partida, processos nos quais estou envolvida por dois motivos. Para elucidar sobre o lugar da imersão na produção de conhecimento antropológico e para exercer reflexividade sobre o meu envolvimento. Procurei fazê-lo sem expor ninguém. Não via outra forma de reflectir sobre como

uma intelectual se sente neste momento, sem olhar para o grupo de reflexão, pois este é um dos espaços que, neste momento, mais me desafia como intelectual.

Escrever este artigo é um acto de cidadania⁷ ou – nas palavras do antropólogo político moçambicano Rafael da Conceição – de “reivindicação de cidadania”.⁸ Entendo como parte do processo de constituição de mim própria como sujeita política, através da reivindicação do meu direito à liberdade intelectual e académica. Escrevo o artigo menos de um mês após o auge da contestação popular e da efervescência política e intelectual que marcaram a situação pós-eleitoral. O olhar e a vivência feminista permitem-me reconhecer o lugar e valor intelectual da emoção na minha relação com e leitura sobre o político. Por isso, trago para este texto as emoções, sensibilidade e contradições da minha intelectualidade.

Quem Sou Eu?

Mulher de meia-idade, nascida na Cidade de Maputo, antropóloga feminista, consultora, e pesquisadora independente. A maioria da minha actividade de pesquisa foi desenvolvida fora da universidade, no âmbito de consultorias encomendadas por programas de cooperação para o desenvolvimento. Contudo, nos últimos 10 anos trabalhei como consultora em projectos internacionais de investigação envolvendo uma universidade do Reino Unido, onde fiz o meu mestrado e doutoramento, em estudos de género e estudos de desenvolvimento, respectivamente.

A minha identidade como antropóloga feminista foi se construindo trabalhando como consultora na área dos direitos humanos das mulheres e governação; pesquisando sobre as relações entre sociedade e

estado, com enfoque na sociedade civil (des)organizada e nas formas que cidadã(os) utilizam para aceder às autoridades e instituições públicas, canalizar os seus problemas e articular o seu (des) contentamento.

Faço parte daqueles(as) que beneficiaram do espaço criado pela indústria da ajuda para a prática profissional antropológica.⁹ Como consultora, tenho tido oportunidade de chegar a lugares da vida quotidiana das pessoas e ter prolongadas conversas com cidadã(os) comuns, funcionários(as) públicos e activistas, indo e vindo várias vezes, que doutra forma não teria sido possível. O meu trabalho pode também ser visto como parte da antropologia feminista activista.¹⁰ Entendo o(s) feminismo(s) como projectos intelectuais e políticos, pois as teorias e práticas feministas articulam críticas às desigualdades sociais e imaginam sociedades mais justas e equitativas. A antropologia feminista activista mobiliza o valor político de insights etnográficos para compreender e transformar a realidade, i.e., perseguir futuros mais justos.

Já leccionei na universidade, participei no desenho de um doutoramento em estudos de desenvolvimento e publiquei em jornais académicos, mas situo-me à margem da academia. O objectivo desta descrição não é apresentar as minhas credenciais, mas mostrar a minha relação com a universidade e com a academia e explicar em que espaços vem sendo configurado o meu olhar sobre a política e o político em Moçambique, incluindo sobre a presente crise pós-eleitoral. Especificamente, visa destacar a centralidade das teorizações feministas – sobre a mulher como sujeito e agente nos fenómenos estudados, sejam eles referentes ao espaço privado ou público – e da

etnografia como lentes analíticas e metodológicas. Aqui, vale a pena ressaltar dois aspectos. O primeiro é o interesse partilhado da antropologia e do(s) feminismo(s) nas relações de poder, na experiência vivida e partilhada (incluindo o lugar da emoção), na subjectividade (significados atribuídos pelas próprias pessoas), e na diferença (o Outro). O segundo é que o objecto da antropologia feminista não é apenas a mulher ou as relações de género, tratadas como uma área segregada, à margem da disciplina, mas sim como um elemento central das análises sobre fenómenos socioculturais, económicos e políticos.

O Grupo de Reflexão

Em Agosto de 2023 fui convidada a integrar um grupo de reflexão constituído por intelectuais moçambicanos e moçambicanas, a maioria renomados profissionais e académicos e regulares comentadores políticos na mídia online e offline. Acredito que fui convidada pelas minhas posições, opiniões e pensamento como antropóloga e feminista, mas penso que a necessidade de ter mulheres no grupo também deve ter jogado algum papel. Aceitei fazer parte do grupo porque sentia necessidade de ampliar os espaços de debate nos quais estava envolvida e de pensar sobre o país de forma mais sistemática como parte de um colectivo.

O grupo é maioritariamente constituído por homens de meia-idade, a maioria mais velhos do que eu; também dele fazem parte mais duas mulheres – uma mais velha do que eu e outra mais nova. No início, havia mais uma mulher jovem, mas por motivos que desconheço, acabou retirando-se do grupo. Actualmente somos 13 membros – 3 mulheres e 10 homens. O grupo é heterogéneo em termos de sensibi-

lidade política, relação com o partido no poder, com o Estado, e com a academia. Cada um(a) de nós faz parte de múltiplas redes nacionais e internacionais e alguns já viveram e/ou vivem fora do país.

As nossas interações são sobretudo via um grupo de WhatsApp; quando há necessidade realizamos reuniões online. O grupo tem debates acesos sobre diversos temas e há respeito para cada um(a) articular o seu pensamento, por mais controverso que seja. As conversas mostram a diversidade de perspectivas que possuímos, assim como, o compromisso de continuar a dialogar e nos mantermos unidos apesar das diferenças, por vezes abismais, na nossa leitura da realidade, particularmente sobre a relação entre sociedade e o estado. Porém, sinto falta nos nossos debates, de análises que considerem os significados sociais e os entendimentos subjectivos que os(as) cidadã(os) atribuem aos conceitos políticos. Entendo que as representações políticas mais subjectivas do mundo possuem valor epistémico, são essenciais no estudo do poder e podem ajudar a desafiar estereótipos sobre os actores políticos, suas experiências e perspectivas. Gostaria de ter no grupo mais antropólogos e cientistas políticos dedicados a etnografia política.

Os homens são os mais vocais nos debates do grupo (o que não é muito difícil considerando que apenas existem 3 mulheres no grupo) e, geralmente, escrevem longas mensagens para defender o seu ponto de vista. Apesar de considerar esses debates extremamente importantes, no geral, participo menos neles. Contribuo mais na reflexão sobre os processos que o grupo se propôs desencadear, incluindo nos documentos que produz. Reflectindo sobre a natureza do meu engaja-

mento, constato que os debates me cansam. Não porque o(as) colegas sejam maçadores(as) ou o debate irrelevante, apenas porque são formas muito diferentes de ver as coisas e discutir os assuntos. O que faz com que precise de mais tempo e energia mental e emocional para explicar o meu ponto de vista.

Tenho maior pré-disposição para debater noutros espaços onde me sinto mais segura – quer porque me identifico mais com as questões em debate; quer porque conheço melhor as pessoas com quem estou a debater e consigo situar melhor os seus pontos de vista e dialogar com ele(as). Pode-se argumentar que o que está em questão são ideias e não pessoas. Concordo parcialmente. Quando sei mais sobre as pessoas me sinto mais à vontade com elas e percebo melhor os seus pontos de vista. Quando falo de “espaço seguro”, uma noção muito querida às feministas, refiro-me a segurança intelectual e emocional para articular as minhas próprias emoções, dilemas e contradições, naquele espaço (mais no WhatsApp do que nas reuniões do grupo), considerando o intimidante contexto polarizado em que vivemos. Talvez, por isso, tenha iniciado este artigo explicitando as minhas inclinações analíticas, metodológicas e políticas e o compromisso com certas formas de poder (ex. via engajamento cívico).

Apesar do grupo ter iniciado a sua actuação em meados de 2023, as interações entre o(as) membro(as) intensificaram-se cerca de um ano depois, altura em que concordámos sobre a necessidade urgente de finalizarmos um apelo “à necessidade de (re)fazermos Moçambique como um país seguro para a cidadania” através de uma reflexão séria sobre “o nosso sistema político para que ele encoraje,

facilite, e proteja o exercício da cidadania”. O apelo identifica alguns pontos para reflexão – separação de poderes; poderes presidenciais; justiça eleitoral; participação e inclusão política; descentralização e autonomia regional e local; liberdade de imprensa e liberdade académica; dependência do auxílio externo; reconciliação nacional; serviço público.

O significado de alguns destes pontos foi alvo de controvérsia no seio do grupo revelando a diversidade de interpretações e visões existentes no próprio grupo. Contudo, havia acordo que o apelo não era o espaço para emitirmos a nossa opinião sobre eles, mas um convite para uma discussão mais ampla. O apelo exorta os vencedores do pleito eleitoral a comprometerem-se com a “realização duma Conferência Nacional que una todas as sensibilidades políticas” para uma reflexão colectiva em torno da agenda política proposta, mas não avança com nenhum detalhe sobre como este objectivo seria operacionalizado.

A ideia inicial era lançar o apelo numa conferência de imprensa presencial, mas tal tornou-se inviável. Os protestos de rua afectaram a mobilidade das pessoas e as restrições de, para controlar as manifestações, inviabilizaram a possibilidade de uma conferência de imprensa virtual. Surgiu então a ideia de produção de um vídeo para ser circulado via redes sociais. Quem devia assinar o apelo e/ou participar no vídeo? Quantas mais pessoas aparecessem a “aprovar a mensagem” melhor. Também era importante ter mulheres, sobretudo no vídeo. Senti-me desafiada. Apesar de fazer parte do grupo, não sentia necessidade de aparecer. Aliás, preferia mesmo não aparecer.

Contudo, entendia que era um processo importante, com o qual me identificava, sobretudo com a metodologia proposta para a operacionalização da conferência nacional que foi, mais tarde, tornada pública – conselhos de cidadã(os) – devido à sua abordagem *bottom-up*. Julgo importante trazer uma diversidade de perspectivas, experiências e pontos de vista da(os) cidadã(os) para os processos de tomada de decisões e já colaborarei com iniciativas de promoção da participação cidadã, que visavam, entre outros, fortalecer a relação de prestação de contas entre autoridades públicas e a(os) cidadã(ões).¹¹

Senti-me também compelida devido ao meu compromisso político com a igualdade de género e os direitos das mulheres. Já éramos poucas mulheres no grupo, não podia permitir que os documentos produzidos pelo grupo tivessem apenas os nomes e rostos de homens. Uma mensagem de um dos membros do grupo dirigida a todos(as), convenceu-me por completo. “Seria bom que quebrássemos com o hábito nacional de não assumirmos frontalmente os papéis que desempenhamos... esta seria uma boa oportunidade para fazermos isso” – estas palavras chegaram num momento em que sentia uma grande frustração com a situação política do país e ficaram gravadas em mim. Sentia que não podia apenas agir na sombra: isso fazia parecer, aos meus próprios olhos, que estava em silêncio. A situação na qual o país tinha degenerado exigia uma acção pública da minha parte, era uma responsabilidade intelectual e cívica.

O apelo foi lançado no dia 06 de Novembro acompanhado de um curto vídeo (no qual eu apareço), intitulado “Manifesto Cidadão” e de um convite a assinaturas. Foi

numa das semanas mais tensas da crise pós-eleitoral, um dia antes da “grande marcha” convocada por Venâncio Mondlane, no âmbito da quarta fase de manifestações. Havia, no seio do grupo, o receio que o nosso texto inflamasse os ânimos polarizados e pensou-se até em adiar o lançamento do apelo por alguns dias. Por outro lado, o grupo sentia que o apelo era um convite necessário e urgente à moderação, diálogo e serenidade, que o documento não tocava na questão do contencioso eleitoral e que tinha como horizonte um futuro para além do momento pós-eleitoral.

As reacções ao apelo e ao vídeo não tardaram a chegar dos mais diversos lugares. Desde os guardas do meu prédio (que tinham visto um recorte de vídeo, quando passou no telejornal de um canal televisivo local) até a colegas do meu grupo de dança. De repente, me senti como se fosse uma celebridade e não gostei da exposição. Os(As) colegas do grupo de reflexão também foram abordados e partilhamos uns com os outros as reacções que tínhamos recebido. As reacções eram sobre o conteúdo do apelo (se era ou não uma boa ideia) e sobre as identidades (presumivelmente frelimistas e oriundas do sul de Moçambique) de quem o tinha feito.

No geral, as pessoas eram favoráveis à realização de uma conferência nacional, a questão era para quando. Se o momento era o mais adequado para tal ou se havia coisas mais urgentes por resolver. Algumas pessoas entendiam que uma conferência nacional poderia servir de plataforma para mediar a crise pós-eleitoral e, por isso, era urgente. Outras pessoas achavam que a proposta de conferência nacional era uma iniciativa para distrair da crise eleitoral e foram bastante crí-

ticas do facto de nos termos calado em relação ao que percebiam como necessidade de esclarecimento da verdade eleitoral. Por isso, defendiam que a conferência era um assunto para ser pensado após a “marcha à presidência”. Por exemplo, num grupo do qual faço parte vi a seguinte reacção “primeiro Nyusi sai e depois vamos à conferência, aonde estavam esses todos os dias atrás?” seguida de um emoji de um palhaço.

As feministas e activistas de direitos humanos também reagiram. Uma amiga feminista achou que a música do vídeo era fatalista. A maioria dos comentários que recebi directamente de diferentes mulheres eram sobre representação e posicionamentos das mulheres, tais como, “bom ver-te trazendo a voz das mulheres”, “estava já meio afiada em busca das mulheres”, “celebro-lhe por ter-nos representado na produção do Manifesto Cidadão”. Estes comentários fazem parte de uma discussão crítica sobre os silêncios das organizações dos direitos humanos das mulheres e feministas acerca da situação política e contestação popular e sobre o significado de ser activista social ou política. Várias pessoas se questionavam, nos grupos de WhatsApp dos quais faço parte, sobre porquê ainda não tinha havido um posicionamento do “movimento feminista” quando outros grupos já se tinham posicionado.

Preciso esclarecer que ao participar no grupo de reflexão não tinha a pretensão de representar ninguém, até porque não tenho legitimidade nenhuma para tal. Senti-me lisonjeada pelo apoio que recebi. Isso encorajou-me a continuar no grupo de reflexão e a participar de tentativas de articulação de posicionamentos públicos comuns sobre a situação política

do país, com grupos constituídos por organizações feministas e dos direitos das mulheres. Algumas dessas tentativas foram bem-sucedidas. Por exemplo, em relação à violência policial contra mulheres específicas, após imagens delas sofrendo violência policial viralizarem nas redes sociais.

Três reacções ao Manifesto Cidadão afectaram-me profundamente. A primeira foram os pronunciamentos de Venâncio Mondlane sobre o grupo de reflexão (a quem ele via como parte da elite intelectual que se distancia das manifestações por ele convocadas) e sobre o apelo. Ingenuamente, tinha assumido que ele veria a iniciativa com bons olhos, pois, o apelo chama a atenção para algumas questões das quais ele vem falando desde a campanha eleitoral e que estão tratadas no seu manifesto eleitoral.

A segunda foi uns dias depois ao assistir a uma webinar do jornalista Joseph Hanlon,¹² onde o ouvi afirmar “um grupo de intelectuais pró-Frelimo convocou uma conferência nacional”. Senti-me pessoalmente ofendida porque não pertencço a nenhum partido político nem tenho nenhuma ligação com o partido Frelimo. Tal como muita gente, este jornalista tinha assumido que se num grupo havia intelectuais pró-Frelimo, logo, todos(as) outro(as) também deveriam sê-lo.

A terceira reacção, e talvez a mais significativa, foi de um(a) mentor(a) por quem tenho elevada estima, algumas semanas depois. Dei-me conta que ao contrário de outras pessoas próximas, que me tinham telefonado e escrito a dar os parabéns pelo apelo, ela não me tinha dito nada. Aliás, tinha evitado falar comigo. Quando finalmente falamos e o assunto do apelo surgiu na conversa, criticou a minha

associação ao grupo de reflexão. Entre as várias coisas que me disse, uma me marcou profundamente: que este era o momento de estar junto da minha família intelectual, com quem comungo da mesma visão do mundo e leitura da situação pós-eleitoral.

Ao juntar-me ao grupo não estava preparada para como este tipo de mal-entendido e reacções me poderiam afectar. Sempre acreditei na importância de construir pontes que me permitam transitar entre espaços e debates polarizados, de modo a adquirir perspectivas mais holísticas dos fenómenos analisados. Dei-me conta dos desafios da minha inserção em espaços de debate, percebidos como antagónicos. Contudo, entendo que a polémica reside em algo maior do que eu, i.e., tem a ver precisamente com a cultura política que o apelo denuncia: a suspeita do diferente e a tendência para o diálogo apenas com quem pensa como nós. Tem também a ver com responsabilidade e liberdade intelectual.

Hierarquias de conhecimento, responsabilidade e liberdade intelectual e académica

A contestação popular pós-eleitoral desencadeou efervescência política e intelectual. Nunca tinha testemunhado tanto debate público redes sociais sobre política e políticas públicas, engajamento (não) cívico e relação entre partidos, estado e sociedade. Mas o mais interessante deste momento não são apenas os temas em debate, mas quem os debate e as premissas do debate. A efervescência veio acompanhada de uma demanda significativa por comentários políticos e propostas de soluções por parte de intelectuais e académicos, levantando questões importantes sobre responsabilidade e liberdade intelectual e

académica. A posicionalidade e o posicionamento dos intelectuais e académicos – suas identidades, localização no mapa das divisões sociais, e a confluência de múltiplas fontes de poder e privilégio a nível individual – tornaram-se também temas de debate.

As(Os) intelectuais e académicos (incluindo o grupo de reflexão do qual faço parte) salvo algumas excepções, foram associados(as) ao partido no Poder, representando-os(as) como “meninos de recado da Frelimo”, “vaidosos e ambiciosos”, “silenciosos”, acusando-os(as) de saberem muito e fazerem pouco, ou de estarem desalinhados com a “vontade popular de mudança” e de estarem contra os protestos de rua. Essas representações/imagens fazem parte de uma onda de ataques (alguns bem fundados) aos intelectuais. A questão é que a maioria dos ataques são baseados em generalizações, usadas como recurso para fazer argumentos colarem e que negligenciam situações que os falseiem. Generaliza-se tantos sobre os intelectuais, como sobre quem está na rua (“vândalos” e “analfabetos”). Ironicamente, muitos dos ataques que li contra os(as) intelectuais e académico(as) tratavam quem estava na rua como os “Outros”, distintos de si próprios – emissor(as) dos ataques.

O que muitos podem interpretar como anti-intelectualismo ou ridicularização do(as) académico(as) e intelectuais,¹³ na verdade, representa também um questionamento das hierarquias de conhecimento. Tais hierarquias geralmente conferem maior valor epistémico às palavras de um(a) intelectual ou académico(a) do que a um(a) cidadã(o) comum. Segundo Jordan,¹⁴ alguns sistemas de conhecimento são legitimados ou porque explicam melhor o estado do mundo

para o propósito em questão (eficácia) ou porque estão associados a uma base de poder mais forte (superioridade estrutural), e geralmente ambos. Não se trata de quão ‘correcto é o conhecimento’, mas sim que ele conte. Assim, diferentes conhecimentos recebem diferentes graus de autoridade. Para Nieuwsma¹⁵ hierarquias de conhecimento são estruturas de autoridade que categorizam diversos domínios de conhecimento hierarquicamente. Nos olhares sobre a actual contestação popular em Moçambique, o(as) académico(as), muitas vezes, são vistos como detentore(as) de um conhecimento superior, enquanto as percepções e experiências do(as) não académico(as) tendem a ser desvalorizadas.¹⁶

A forma como Nieuwsma¹⁷ define hierarquias de conhecimento centra-se na ideia de expertise como conhecimento especializado e uma actividade social que combina autoridade e conhecimento. A ideia de expertise é explorada por muitos intelectuais e académicos (e por quem procura as suas análises) propalando, tanto os que pensam sobre si mesmos(as) quanto as suas atitudes e preconceitos em relação aos outro(as), sob uma capa de objectividade e neutralidade. Essas atitudes e preconceitos, em relação aos outros, se reflectem tanto na forma como tentamos explicar a experiência dos outros como na maneira como decidimos com quem podemos dialogar.

O actual nível de efervescência e debate político é tal que pessoas comuns estão atento(as), a participar activamente desses debates, via redes sociais, com a informação (muitas vezes parcial e fragmentada) ao seu dispor e a partilhar com quem (não) queira conhecer as suas leituras sobre a situação, incluindo sobre os co-

mentários do(as) intelectuais e académico (as). Ao fazê-lo lembram-nos de algo que os(as) antropólogos(as) aprenderam a respeitar que é que o Outro também tem os seus imaginários e nos representa. Ou seja, também cria imagens e histórias para explicar a nossa (intelectuais e académicos) experiência.

A controvérsia em torno dos(as) intelectuais e académico(as) revela a importância da responsabilidade e liberdade intelectual e académica, e de reflexão crítica sobre que conhecimento conta, para quê, e para quem. Este é um momento oportuno para desenvolvermos reflexividade e questionarmos hierarquias de conhecimento que perpetuam desigualdades epistémicas. Considero que este é um imperativo do processo de (re)pensar Moçambique. Este é um convite para que todo(as) nós, como sociedade, independentemente do nosso lugar nas hierarquias de conhecimento, reflectamos sobre o papel do conhecimento e da experiência (vida e pensada) na construção de um futuro mais justo e equitativo. Precisamos ser mais transparentes e explicar quem somos e o que nos (dis)conecta dos assuntos sobre os quais nos posicionamos como especialistas. Até porque, a maioria das vezes fazemo-lo como especialistas e não como cidadã(os).

Conclusão

Neste artigo reflecti sobre os meus compromissos éticos subjectivos, dilemas e lentes como antropóloga feminista e activista interessada na forma como as pessoas se imaginam como sujeitos políticos activos e nos significados subjectivos que atribuem ao político. Posicionei-me como parte de um grupo de intelectuais e académicos que emitiu um apelo para pensar o estado da nação através de um processo inclusivo e participativo, fundado

no diálogo e no respeito pela diferença. Reflecti criticamente sobre a onda de ataques a(os) intelectuais e académicos, sublinhando a necessidade de reflexividade, responsabilidade e liberdade intelectual e académica. Estou ciente dos desafios epistemológicos, morais e éticos associados à minha reflexão. Ao invés de esconder o meu envolvimento pessoal nos processos e dinâmicas sobre os quais escrevo, sob o disfarce de objectividade, reflecti sobre os meus próprios referenciais e imaginários.

Argumentei que a antropologia (a etnografia política em particular) pode ajudar a compreender a situação política que Moçambique, destacando o lugar da observação participante e da sensibilidade etnográfica. Mostrei ainda como a antropologia feminista, devido à sua atenção às relações de poder, subjectividade, posicionalidade e reflexividade – sobretudo na forma como representamos a nós próprio(as) e a(os) outro(as) – pode ajudar a criar pontes que permitem compreender melhor a crise pós-eleitoral no geral, e a contestação popular em particular.

É verdade que a intervenção de antropólogo(as) (particularmente antropólogas feministas) em debates sobre o político pode parecer incomum para alguns, especialmente porque a antropologia é frequentemente associada a estudos culturais e sociais que se distanciam das questões políticas directas. No entanto, a natureza intrinsecamente política das dinâmicas sociais e culturais torna imperativo que antropólogas(os), especialmente aquela(es) comprometida(os) com a justiça e transformação social participem activamente dessas discussões e se preparem para lidar com os dilemas e controvérsias associadas à sua participação.

Notas

1. Ominira é um pseudónimo para proteger a sua identidade. Quando enviei a vinheta à minha amiga para a ler, ela pediu que trocasse o nome que eu tinha escolhido (Rute). Ela queria ser Ominira que, segundo ela, significa liberdade em Yoruba.
2. Fábria é um pseudónimo que utilizo para proteger a identidade desta mulher.
3. Yango é um aplicativo que oferece serviços de táxi em Moçambique.
4. <https://www.ids.ac.uk/projects/alternative-expressions-of-citizen-voice/>; <https://www.ids.ac.uk/publications/if-we-stayed-at-home-nothing-would-change-gendered-acts-of-citizenship-from-mozambique-and-pakistan/>; <https://www.ids.ac.uk/opinions/understanding-the-gendered-dimensions-of-post-election-protests-in-mozambique/>
5. Para uma discussão sobre sensibilidade etnográfica e etnografia política ver Chatz E. (2008) "Introduction: Ethnographic Immersion and the Study of Politics", *Edward Chatz (ed.) Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*, Chicago: University of Chicago Press, 2009, pp. 1-22. <https://doi.org/10.7208/9780226736785-003>.
6. web.facebook.com/manifestocidadadamoza
7. Isin, Engin F. 2008. "Theorizing Acts of Citizenship." In *Acts of Citizenship*, edited by Greg M. Nielsen and Engin F. Isin, 15-43. London: Palgrave Macmillan. <https://oro.open.ac.uk/15378/>
8. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/07/entre-o-mar-e-a-terra-novo-livro-do-professor-rafael-da-conceicao2006.html
9. Para uma análise deste assunto ver Gonçalves, Euclides (2019) "African Anthropological Practice in the "Era of Aid": Towards a Critique of Disciplinary Canons", in R. Grinder, S. Lubkemann, C. Steiner, and E. Gonçalves (eds.) *A Companion of Anthropology of Africa*. Oxford: Wiley Blackwell, pp.415-437. <https://doi.org/10.1002/9781119251521.ch19>
10. Para uma discussão sobre antropologia feminista ativista a ver: Lamphere, Louise (2016) "Feminist Anthropology Engages Social Movements: Theory, Ethnography, and Activism". Ellen Lewin and Leni Silverstein (eds) *Mapping Feminist Anthropology in the Twenty-First Century* New York: Rutgers University Press, pp. 41-64. <https://doi.org/10.36019/9780813574318-004>
11. Tais como, o Programa Cidadania e Participação <https://responsabilizacaosocialemmocambique.wordpress.com/about/> , Programa Diálogo Local para a Boa Governação <https://www.dai.com/our-work/projects/mozambique-democratic-governance-support-programme-dgsp> e, mais recentemente, POTENCIAR: Construindo Parcerias para a Inclusão, Participação, e Ação <https://programapotenciar.com/pt/> .
12. Organizado pelo Firoz Lalji Institute for Africa, na London School of Economics. <https://www.lse.ac.uk/africa>
13. <https://entrespas.co.mz/intelectuais.html>
14. Jordan, B. (1997) 'Authoritative Knowledge and Its Construction' in Robbie E. Davis-Floyd and Carolyn F. Sargent (eds.) *Childbirth and Authoritative Knowledge: Cross-Cultural Perspectives*, Berkeley, CA: University of California Press, pp.55-79. <https://doi.org/10.1525/9780520918733-003>
15. Nieuwsma, D. (2007) 'Challenging Knowledge Hierarchies: Working Toward Sustainable Development in Sri Lanka's Energy Sector', *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, 3(1):32-44. <https://doi.org/10.1080/15487733.2007.11907990>
16. Para um debate sobre estas questões no campo dos direitos humanos das mulheres e igualdade de género em Moçambique ver Trindade, Catarina (2022), *Tem vida esta coisa! O Campo em Torno dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género em Moçambique (Volume 3)*, Campinas: Mercado de Letras.
17. (Idem)